

Desmatamento deve ser combatido com fiscalização e investimento em pesquisa

No final de janeiro, a comunidade científico-tecnológica testemunhou, perplexa, a associação de palavras tais como "alarde", "imprecisão" e "exagero" a um trabalho criterioso de uma instituição de pesquisa brasileira cuja competência é internacionalmente reconhecida e respeitada.

Estimativas com base no Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), mostram que o desmatamento da Amazônia ganhou novo fôlego. A partir desse levantamento, o instituto aponta que o desmatamento na região amazônica pode ter chegado a 7 mil quilômetros entre agosto e dezembro de 2007, podendo haver uma variação para mais ou para menos 1.400 km².

O Inpe não divulgou essas informações sem antes fazer uma checagem, como, aliás, sempre acontece. Mesmo assim, a divulgação dos dados, segundo noticiou a imprensa, chegou a ser questionada pelo próprio presidente da República. Quem reclamou bastante foi o governo do Estado responsável por mais da metade da área desmatada. De acordo com o levantamento, 53,7% dos desmatamentos identificados estão em Mato Grosso. Os Estados do Pará (17,8%) e de Rondônia (16%) vêm a seguir.

Não custa então fazer um exercício de imaginação. O que teria acontecido caso esses dados do levantamento do Inpe não viessem a público? Talvez menos fiscalização, talvez menos pressão por parte da imprensa, talvez mais tranquilidade para manter o ritmo do desmatamento. E olha que, mesmo com a divulgação dessas informações preocupantes, ainda não há garantia de que os órgãos competentes conseguirão deter os desmatadores.

Mas vale ressaltar que o Inpe, mais uma vez, desenvolveu seu trabalho técnico de forma séria e ética, dando transparência aos dados que devem, sim, ser de domínio público. Dessa forma, o instituto demonstra que seu compromisso não é com o governo federal, nem com governos estaduais e muito menos com interesses particulares. Como instituto público que é, o Inpe tem compromisso com o Estado brasileiro e a sua população.

Nesse episódio, também devem ser destacadas as reações de apoio ao trabalho do instituto por parte de cientistas e instituições científico-tecnológicas de todo o país. A SBPC, a Rede Temática de Pesquisa em Modelagem Ambiental da Amazônia (Geoma) e pesquisadores da Unicamp são alguns exemplos.

No entanto, a defesa que os ministros do Meio Ambiente, Marina Silva, e da Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende, fizeram ao trabalho do Inpe foi ainda mais veemente. Deve-se lembrar que ambos os ministros são respeitados entre as lideranças atuantes nas áreas de defesa do meio ambiente e da ciência e tecnologia.

De acordo com matéria da Folha de S.Paulo, de 31 de janeiro, o ministro Sergio Rezende afirmou que tem de 95% a 97% de segurança de que os dados sobre o desmatamento da Amazônia do Inpe no final de 2007 estão certos. Essa declaração foi muito importante pelo respaldo que tem o ministro.

De toda essa série de notícias se, por um lado, foi despertada uma grande intranquilidade com relação à preservação da Amazônia, plenamente justificada, por outro, ficou claro que o país dispõe de instituições, pesquisadores e gestores sérios e comprometidos com a defesa não só do patrimônio natural brasileiro, mas também da transparência e da seriedade do trabalho científico.

O momento, agora, não é de discutir sobre o que já está desmatado. O país tem a informação e a oportunidade para elaborar estratégias eficazes para não apenas frear como também desestimular o desmatamento. E mais: incentivar a gestão sustentável de seus diferentes biomas.

O governo federal tem acenado com recursos, parcerias e projetos que vão

viabilizar um novo patamar de utilização de satélites para fins estratégicos, entre os quais, o monitoramento. Se a pesquisa é fundamental para monitorar, também será essencial para mostrar o potencial de exploração sustentável dos recursos naturais.

A oportunidade que se apresenta é a de buscar soluções. De um lado, pode-se utilizar para pastagem e agricultura os milhões de hectares de terras já degradadas de que o país já dispõe. Por outro, é possível, onde couber, explorar economicamente, de forma sustentável, as áreas de matas e outras vegetações. Um pouco de bom senso e um bom investimento em fiscalização e pesquisa certamente serão bem-vindos para a solução dessa questão.